



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

Ata da 70ª reunião, realizada em 12 de fevereiro de 2021

1 Em 12 de fevereiro de 2021, reuniu-se extraordinariamente a Câmara de
2 Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de
4 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira
6 Trovão, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica
7 Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Marcelo
8 Ladeira Moreira da Costa, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
9 Econômico (Sede); Joana Moraes Rebelo Horta Lopes, da Secretaria de Estado
10 de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Selma Maria de Oliveira Lopes
11 Cabaleiro, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
12 (Codemig); Enio Marcus Brandão Fonseca, do Instituto Brasileiro de Meio
13 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Luiz Henrique Passos
14 Rezende, da Agência Nacional de Mineração (ANM). Representantes da
15 sociedade civil: Denise Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do
16 Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Henrique Damásio Soares, da Federação
17 das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); José Angelo Paganini, da Fundação
18 Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Julio Cesar Dutra Grillo, da
19 Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Carlos
20 Eduardo Orsini Nunes de Lima, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME);
21 Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
22 (Abes-MG). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
23 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
24 presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 70ª reunião da
25 Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
26 **ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu
27 queria fazer uma menção muito especial a respeito de um evento de ontem,
28 promovido pelo governo de Minas Gerais. Eu representei a Sociedade Mineira de
29 Engenheiros no 5º Workshop do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais
30 (PEF). Trata-se de um importante instrumento para o desenvolvimento do nosso
31 Estado e está muito atrelado aos setores de mineração e agrossilvipastoris. Nós
32 verificamos também uma ênfase muito especial ao transporte ferroviário de
33 passageiros, com alternativa de aproveitamento de linhas já existentes em Minas
34 Gerais e que, todavia, não são utilizadas. E passando-se a tratar o assunto como
35 um projeto dos chamados short lines, ou seja, aproveitamento dessas linhas com
36 três segmentados, trens leves, quase VLT, veículo leve sobre trilhos, mas que
37 fariam junção de algumas cidades importantes de Minas Gerais. Ligação, por

38 exemplo, de Varginha com Três Corações, com Lavras. Tem a linha, só que é
39 utilizada muito pouco, e a população fica não sujeita a esse tipo de transporte. De
40 modo que eu queria elogiar, através da Secretaria da Infraestrutura do Estado, na
41 pessoa do seu presidente, na pessoa da Vânia, superintendente de Ferrovia do
42 Estado, que proporcionou e tem proporcionado esse trabalho. Foi realmente muito
43 interessante. De posse disso e de posse dessa ideia e daquilo que
44 contextualizamos sempre, eu estou cada vez mais convicto, meus caros colegas
45 – em especial a minha querida Maria Eugênia, da Secretaria de Desenvolvimento
46 Econômico –, de que Minas Gerais já deveria iniciar, juntamente com a classe
47 empreendedora, com apoio da sociedade mineira, o seu plano estratégico de
48 mineração. Envolvendo conceitos inovadores, sejam eles de pesquisas, da
49 geologia do Estado. Trabalho que, inclusive a própria Codemig já havia feito ao
50 longo de muitos anos. Conceitos também de processos de lavra, ou seja, de
51 atuação em cima da jazida nova, das jazidas que têm aproveitamento mineral
52 importante. Novos conceitos de tratamento de minérios. E, mais importante, o seu
53 aproveitamento industrial, o seu valor agregado dentro de uma cadeia de
54 produção sustentável. Então eu acho que isso é um conceito que estamos tirando
55 do PEF, o Plano Estratégico Ferroviário, e trazendo para o que nós chamamos de
56 PEN, Plano Estratégico de Mineração. Eu vejo isso, meu caro presidente, e Ana
57 Carolina, como sendo um novo processo da chave de desenvolvimento de Minas
58 Gerais. Nesse contexto, tanto a Estrada de Ferro Vitória a Minas, como a MRS e
59 a VLI, que são as operadoras da malha ferroviária de Minas Gerais, terão um
60 papel fundamental, porque também são os maiores transportadores de minérios
61 de Minas Gerais e de grãos. De modo que nós temos um contexto de mineração
62 e um contexto ferroviário. Com isso, aproveitando as palavras do nosso colega
63 Julio Grillo, vejo a importância disso porque nós somente teremos rodovias
64 socialmente transitáveis no momento em que tivermos ferrovias e projetos
65 ferroviários inovadores, projetos ferroviários grandiosos. Eu não fiz comentários
66 ontem porque não foi possível, mas nós temos que ser um pouco mais audaciosos
67 em nossos projetos de Minas Gerais, nós temos que tratar ferrovia como uma
68 prioridade para que tenhamos um transporte socialmente e qualitativamente
69 sustentável no nosso Estado. A ferrovia é a base da qualidade da rodovia. Não se
70 esqueçam disso. Eu termino aqui com uma coisa muito importante, que pode ficar
71 nos anais da história, que é o seguinte. Defino Minas Gerais como o centro da
72 transversalidade logística do Brasil. É o Estado que faz com que este país possa
73 crescer, é o Estado que permite que este país possa fazer a interligação norte-
74 sul, oeste-leste. E devemos sempre priorizar o nosso território. Muitos Estados
75 estão hoje fazendo com que criem a sua própria ilha. Não é que nós queremos
76 não estar juntos da Federação brasileira, que é importante, mas nós temos que
77 dedicar um pensamento muito especial ao nosso Estado de Minas Gerais. Nós
78 temos tudo para crescer muito mais do que o próprio Brasil. Eu vejo nisso a
79 importância que têm os projetos de mineração nesse contexto todo do
80 desenvolvimento de Minas Gerais.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O meu

81 pedido de substituição não chegou à SEMAD a tempo de provocar minha
82 substituição. E para que esta cadeira não tivesse simplesmente uma falta ou
83 ausência eu estou aqui presente. Mas eu não estudei os processos. Realmente
84 não tive tempo de estudar os processos. Eu já tinha me programado para outras
85 atividades, e na última hora é que fiquei sabendo que não teria substituição. Então
86 realmente eu não me preparei. Agora, eu gostaria de falar mais algumas coisas.
87 A primeira delas é que anteontem eu fiz uma apresentação sobre análise de
88 sustentabilidade no Plenário do COPAM. É claro, eu acho que ela é importante,
89 mas gostaria de provocar um pouco a Sociedade Mineira de Engenheiros, afinal
90 de contas, eu também sou engenheiro. O Orsini falou muito bem, e eu concordo
91 com praticamente tudo que ele falou. Eu acho bom que tenhamos uma Sociedade
92 Mineira de Engenheiros pensando em refazer o nosso modelo, discutir o nosso
93 modelo de desenvolvimento. Isso é muito importante, e eu parablenizo a
94 Sociedade Mineira de Engenheiros pelo seu envolvimento. Orsini, eu gostaria que
95 você visse a apresentação de anteontem, porque ali tem um ferramental para se
96 poder analisar a sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento. Aquela
97 ferramenta que eu estou propondo se aplica à análise de tudo que teria potencial
98 de dano, a analisar a sustentabilidade daquilo que tem potencial de dano. Talvez
99 vocês pudessem adaptar isso. Mas eu queria fazer mais duas observações. Eu
100 concordo integralmente com a questão do sistema ferroviário e acho mais, acho
101 que na região metropolitana nós poderíamos ainda fazer a coisa de uma forma
102 um pouco diferente do que você está sugerindo no VLT. Existe uma experiência
103 já consolidada no Brasil que é a do aeromóvel. E o aeromóvel é um vagão de fibra
104 de vidro e alumínio, de tão leve, e que se move como se fosse por uma vela, só
105 que invertida, que fica baixo do trem; e que é empurrada por ar comprimido. Quer
106 dizer, é levíssimo e é empurrado por ar comprimido. E esse ar comprimido é
107 gerado na própria estação, e o custo de geração desse ar comprimido é menor
108 do que o custo do ar condicionado para os passageiros que estão na estação,
109 para se ter uma ideia. E se nós considerarmos que já temos a malha ferroviária
110 implantada é mais barato implantar um aeromóvel do que um VLT; e mais rápido.
111 Então é só uma solução que eu sugiro também à Sociedade Mineira de
112 Engenheiros para dar uma pensada.” Conselheiro Marcelo Ladeira Moreira da
113 Costa: “Eu sou da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e estou
114 substituindo a Maria Eugênia. Então queria só comentar a fala do conselheiro
115 Carlos Eduardo Orsini. A Maria Eugênia está de férias, então eu vou substituí-la
116 hoje e agradeço muito as suas palavras. Concordo com o que foi colocado. A
117 Secretaria de Desenvolvimento Econômico está muito empenhada na elaboração
118 do Plano Estadual de Mineração, que foi citado, e estamos também
119 acompanhando os desdobramentos do Plano Estratégico de Ferrovias. A
120 superintendência que eu cheio engloba tanto os assuntos de mineração quanto
121 de energia e logística, e eu concordo plenamente, nós temos que acompanhar
122 isso tido muito de perto. Então agradeço as palavras e queria dizer que hoje,
123 infelizmente, a Maria Eugênia não está conosco, mas vou tentar cobrir bem aqui

124 a participação que ela sempre faz muito bem.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
125 Nunes de Lima: “Eu queria somente agradecer esse aconselhamento que o Julio
126 Grillo nos passa aqui, inclusive, para o seio da nossa Sociedade Mineira de
127 Engenheiros, onde nós temos uma Comissão Técnica de Meio Ambiente, da qual
128 eu sou presidente, e temos a Comissão Técnica de Transportes, cujo presidente
129 é o Dr. Coutinho, pessoa incrivelmente preparada nessa questão. E realmente,
130 meu caro Grillo, você será convidado para levar essa sua consideração sem
131 dúvida alguma. Eu acho isso muito interessante, uma coisa muito inovadora.
132 Quando falamos no uso de short lines, seria também um aproveitamento
133 exatamente da faixa de domínio da ferrovia. Claro, vamos trabalhar nesse sentido,
134 vamos trabalhar com fatores, como diz nosso querido deputado João Leite, o
135 presidente da Comissão Especial de Transportes da Assembleia Legislativa, que
136 estava ontem presente também na reunião. Ele é uma pessoa convicta da
137 importância de nós trabalharmos com transportes de carga realmente, porque
138 tendo transporte de carga na ferrovia nós vamos ter a melhoria das rodovias. Isso
139 é um fato inusitado. Mas também não podemos deixar a população de lado, a
140 população merece um transporte ferroviário. Eu mesmo digo quantas vezes que
141 eu me deslocava aqui para Ipatinga, Governador Valadares, que tomava o trem
142 aqui na Estação Central e descia lá em Ipatinga, descia em Governador
143 Valadares. Até vou contar um caso muito interessante, que se passou com meu
144 querido ex-ministro, pessoa do maior apreço, que está para receber até um
145 prêmio Nobel da Paz, o nosso ex-ministro Alysson Paulinelli. Ele uma vez fez uma
146 viagem comigo daqui para Governador Valadares, quando estávamos fazendo lá
147 o Programa de Desenvolvimento Sustentável Rural. Nesse caminho, durante 6
148 horas de viagem, ele falou assim: ‘Foi o melhor aproveitamento que eu tive nesse
149 tempo, porque tivemos oportunidade de conversar com tranquilidade.’ Um trem
150 muito bom, que é o trem da Vale, que sai daqui da Estação Central e segue até
151 Vitória, muito cômodo, muito confortável. Espero que o José Angelo faça isso
152 sempre, porque realmente é uma situação muito boa. E convivemos com aquilo.
153 Chegamos descansados a Governador Valadares, participamos de reuniões e no
154 dia seguinte pegamos o trem e voltamos. Então é essa a nossa capacidade de
155 fazer com que a sociedade esteja sempre satisfeita e que nós tenhamos também,
156 por outro lado, a melhoria das condições das nossas rodovias. Então fica a minha
157 gratidão, Julio, pela sua sugestão. Eu vou levar à nossa presidente Virgínia, e
158 certamente vamos fazer uma reunião bonita sobre essa questão da
159 sustentabilidade e da inovação nos transportes.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
160 Grillo: “Tanto o Orsini quanto o Marcelo, da Secretaria de Desenvolvimento,
161 falaram sobre o modelo de desenvolvimento para a mineração. Eu tenho sido um
162 grande crítico da mineração no Estado de Minas e acho que tem duas coisas que
163 não deveria estar na cabeça de quem vai trabalhar esse plano de mineração.
164 Primeiro é o seguinte, nós só deveríamos pensar em mineração com
165 verticalização, com a transformação do minério dentro do próprio Estado de
166 Minas. Esse é que deveria ser o nosso modelo de desenvolvimento. Ele vai

167 melhorar a qualidade da nossa mão de obra, deixar mais resultado financeiro
168 líquido para o Estado, vai nos garantir de muitas formas. Nós não podemos ser
169 simplesmente ou prioritariamente um exportador de commodities. E acho que,
170 dentro desse modelo, nós temos que repensar a nossa siderurgia, modernizar
171 nossa cirurgia, nossa metodologia e recriar as indústrias que utilizam os produtos
172 siderúrgicos. Nós já tivemos uma indústria dessa, agora teremos que dar mais
173 força, porque vai ser, para mim, junto com a área de informática, uma das saídas
174 em termos econômicos para o nosso Estado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
175 Trovão: “O nosso transporte tem que ser alterado. Quem anda nas rodovias vê o
176 nosso modal de transporte, o que demonstra que tem que ser alterado, não só
177 pela mineração, seja para levar grãos. A quantidade de grãos que nós perdemos,
178 o custo das nossas rodovias é muito grande. O nosso modelo de ‘governar é abrir
179 estradas’ é da década de 20. Washington Luís que falava ‘governar é abrir
180 estradas’. Isso na década de 20, início da década de 30. Nós temos esse modelo
181 até hoje. Então precisamos, sim, fazer essa alteração, não só para minério, como
182 para grãos e tantas outras coisas. Essa verticalização de que o Julio Grillo
183 também fala perpassa por outras questões. Eu me lembro, há cinco ou seis anos,
184 nas indústrias siderúrgicas – nós temos muitas no Norte de Minas –, a energia
185 estava mais barata para as indústrias, era mais lucrativo a indústria parar de
186 produzir e vender o excedente de energia do que produzir e vender o minério.
187 Então essa verticalização passa por várias outras questões. Então nós temos que
188 modernizar, realmente, muitas coisas no nosso Brasil.” Conselheiro Luiz Henrique
189 Passos Rezende: “Eu queria assinar tudo que o pessoal está falando e contribuir
190 com outro ponto de vista. Nós temos um país para ser construído, não só ferrovia,
191 mas também rodovias em tudo quanto é lugar. É incrível, mas pegue o mapa
192 rodoviário, ferroviário e de infraestrutura do Brasil e compare com um mapa dos
193 Estados Unidos ou da Europa, de um setor parecido e do mesmo tamanho. Da
194 vergonha, tipo assim, para todo lugar que se olha tem um metrô para ser
195 construído, uma ferrovia para ser ampliada, melhorada, aumentada a velocidade,
196 uma tecnologia nova de transporte para ser implantada, em todos os setores do
197 país. Todo morro pelado que se vê dá para construir uma nova escola. E isso vou
198 passar por isso tudo. Eu acho que o Julio falou uma coisa interessantíssima, e eu
199 já falei aqui: para que a gente minera e para quem a gente minera? Faz parte da
200 nossa cadeia produtiva gerar o minério, e exportar faz parte também. Nós temos
201 todas as condições de termos uma indústria metalúrgica pujante, que vai fazer
202 existir uma indústria siderúrgica pujante, que vai fazer uma mineração pujante
203 para poder suprir todas as necessidades nossas, do nosso Estado e poder
204 alimentar os outros lugares que precisam desse minério nosso também. E é isso,
205 a gente minera é para a gente, e a gente tinha que ter essa consciência na
206 cabeça.” **4) EXAME DA ATA DA 69ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata
207 da 69ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 29 de janeiro
208 de 2021, com alterações. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig,
209 Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes. Abstenção: ProMutuca. O

210 conselheiro representante da ProMutuca justificou a abstenção por não ter feito a
211 leitura da ata. Alterações aprovadas. – Linhas 494 e 495, onde está escrito “já no
212 início de operação”, leia-se “após o início de operação”; substituir “4 horas” por “4
213 anos”; e substituir “se corre o risco” por “corre-se o risco”; – Linha 796, onde está
214 escrito “na aprovação” leia-se “após aprovação”; – Linha 1.700, substituir “teve
215 alteração” por “ocorreram alterações”; – Linha 2.659, onde está escrito
216 “proporções”, leia-se “propor soluções”; – Linha 1.587, substituir a palavra “vem”
217 por “tem”; – Linha 1.593, onde está escrito “que são próprias”, leia-se “que lhes
218 são próprias”; – Linha 1.594, substituir a expressão “o que é de melhor” por “o que
219 é melhor”. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA
220 PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE
221 OPERAÇÃO. 5.1) Vale S/A. Complexo Itabira (Mina Cauê / PDE Convap).
222 Pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro. Itabira/MG. PA
223 00119/1986/119/2018, ANM 143/1996; 930.641/1989. Classe 4 (conforme Lei
224 nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Suppri. Retorno
225 de vista: ProMutuca, SME, Sindiextra e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar Dutra
226 Grillo: “O meu relatório foi entregue a tempo, mas não foi elaborado por mim, ele
227 foi elaborado pela Teca, com a sociedade. Eu realmente não li o processo, não
228 tenho condições de opinar. Então a minha posição, neste caso, é de não opinar,
229 não tenho condições de falar sobre um processo que eu não li.” Presidente Yuri
230 Rafael de Oliveira Trovão: “Todavia, os conselheiros e os interessados todos
231 tiveram acesso ao parecer da ProMutuca.” Conselheira Denise Bernardes Couto:
232 “Nós apresentamos o nosso relato de vista no prazo regimental, fizemos análise
233 do material que nos foi disponibilizado, e, em resumo, no relato conjunto Fiemg,
234 Sindiextra e Sociedade Mineira de Engenheiros, nós somos deferimento do
235 processo nos termos do parecer.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de
236 Lima: “As considerações são com relação a esse projeto que a Vale apresentou.
237 Inclusive, ela fez uma apresentação aos conselheiros. E eu me detenho a um
238 ponto, que é até um assunto que conhecemos muito bem. Como eu falei na
239 reunião passada, a minha ligação com Itabira é muito grande. Então eu queria
240 comentar um aspecto que é muito interessante, que consta da apresentação que
241 a Vale nos proporcionou. É o seguinte, um quadro que tem um aspecto muito
242 importante sobre as questões econômicas e sociais, sobre as quais eu queria
243 colocar alguns pontos. Primeiro que isso vai proporcionar uma contratação direta
244 e indireta de aproximadamente 100 trabalhadores de mão de obra que farão
245 manutenção desse trabalho dessa pilha. Segundo que esse projeto faz com que
246 haja a manutenção exatamente em função da situação de Itabira, porque hoje não
247 tem muitas áreas capazes de dar suporte para processos de empilhamento, de
248 pilhas de estéril. Estão fazendo o máximo aproveitamento que se pode fazer da
249 qualidade do minério existente, que sempre foi muito bom, mas que hoje necessita
250 de um tratamento muito mais especial. Daí a necessidade de áreas para pilha.
251 Isso faz com que haja uma manutenção de 6.300 empregos diretos e indiretos,
252 importantes para a sociedade itabirana. Terceiro ponto, em termos de**

253 recolhimento de impostos são R\$ 475 milhões; em termos de exportação, R\$ 1,9
254 bilhão por ano; em termos de P&B, no momento em que se soma tudo, chega-se
255 a R\$ 2,8 bilhões. Essa é uma referência muito importante, uma referência sob o
256 aspecto econômico que nós temos que levar em conta. O melhor seria, realmente,
257 que esse minério ficasse ali, que tivesse uma senhora siderúrgica na região, e
258 pudesse ser todo beneficiado. Mas infelizmente é um assunto que nós sabemos
259 histórico no Brasil e em Minas Gerais. Vamos discuti-lo mais adiante. Essas são
260 as minhas considerações, e nós somos pelo deferimento da licença.” Conselheiro
261 Henrique Damásio Soares: “Eu acompanho o parecer elaborado conjuntamente.”
262 Conselheiro José Angelo Paganini: “O site da FEAM, com atualização em 2018,
263 registra a existência de 25 barragens da Vale no complexo minerário em Itabira.
264 Já a Agência Nacional de Mineração registra 16 barragens, sendo quatro delas
265 de alto risco: Borrachudo II, Pontal, Santana e Itabiruçu. E 13 de alto potencial de
266 danos. Apesar de o processo em análise se referir à ampliação de uma pilha de
267 estéril, devemos ter um olhar voltado para o todo. Por isso eu gostaria de
268 esclarecimento sobre a situação dessas barragens, quando serão
269 descaracterizadas ou descomissionadas, quando o processo de tratamento e
270 beneficiamento de minério será modificado para ser a seco.” Isabel Roquete/Vale
271 S/A: “Agradecendo as palavras dos conselheiros que solicitaram vista e fizeram o
272 seu reporte, em especial, a Denise, o Henrique e o Dr. Orsini bem pontuou a
273 importância desse projeto. É um projeto bastante simples, um projeto de uma pilha
274 de disposição de estéril, para uma ampliação de 70 hectares, sendo 11,7 hectares
275 de supressão de supressão de vegetação, vegetação que foi florestada pela
276 própria Vale. Essa pilha tem seus sedimentos direcionados para uma barragem
277 de contenção de sedimentos, não de rejeitos. Então não estamos falando neste
278 processo em barragem de contenção de rejeitos. É uma barragem de sedimentos,
279 que já recebe sedimentos dessa pilha antes da ampliação. Em relação às
280 outorgas, ela possui quatro drenos com portaria já renovadas. Os drenos
281 necessários para essa ampliação não vão intervir em cursos d’água, e não há que
282 se falar aqui em relação a necessidade de novas outorgas. A pilha é toda é
283 instrumentada. De acordo com a página 11 do próprio parecer da Suppri, é
284 descrito o sistema de instrumentação da pilha: são três piezômetros, oito marcos
285 de deslocamento, dois medidores de vazão, entre outros. Não cabe aqui ficar
286 pontuando todos eles. Em relação ao patrimônio de arqueologia, as anuências
287 foram apresentadas. Em relação às UCs municipais, também foram apresentadas
288 as anuências. E, reforçando o que o Dr. Orsini falou, esse projeto permite a
289 continuidade operacional das minas do Meio e de Cauê, em Itabira. Nós
290 buscamos o reaproveitamento de uma área já impactada, e os impactos negativos
291 estão todos sendo mitigados. São poucos. E o maior impacto é a supressão de
292 vegetação, uma vegetação exótica, e é considerado impacto de baixa magnitude.
293 Não tem nenhuma ocorrência de cavidade nem na área do empreendimento nem
294 no seu entorno. E vamos contar com os monitoramentos ambientais já existentes
295 e adequados a esse empreendimento. Em relação ao questionamento do

296 Paganini, nós ao longo das inscrições, o técnico Gerson vai falar sobre a questão
297 das barragens.” Alessandra Mazon/Vale S/A: “Eu faço parte da equipe de
298 engenharia que conduziu o projeto da PDE Convap e estou à disposição para
299 esclarecimentos sobre a pilha. Como nos foi solicitado esclarecimento com
300 relação às barragens e processo de filtragem – como é de conhecimento a Vale
301 tem um programa já em andamento para alteração das usinas –, eu vou começar
302 a falar sobre as barragens. Nós temos nos últimos anos trabalhado efetivamente
303 em descomissionamento de estruturas. No complexo de Itabira, hoje nós algumas
304 estruturas a montante. A parte de elaboração de projeto de descomissionamento
305 das estruturas, em algumas delas, já está concluída, como o caso do rio do Peixe.
306 Nós temos um cronograma e estamos na parte de desenvolvimento de projetos e
307 andamento dessas descaracterizações, inclusive com projetos e obras da
308 barragem do Pontal, que foi aí citada. Não só ela, como todo o complexo. A pilha
309 em si, como a Isabel citou, utiliza a barragem da Cemig. Como ela muito bem
310 pontuou, é uma barragem de sedimentos, que hoje já tem esse papel de
311 contenção de sedimentos e controle de qualidade da água para a pilha. O nosso
312 projeto é uma ampliação dessa pilha, mas hoje essa barragem já tem essa função,
313 então não temos uma nova estrutura no processo, justamente porque já tem essa
314 estrutura existente e que exerce essa função para a Convap. Na parte de
315 filtragem, hoje já temos um programa de implantação da usina de filtragem em
316 Itabira, com previsão de início de operação em 2022. Mesmo assim, no complexo
317 hoje, operamos com a capacidade um pouco reduzida, em fase de teste dessa
318 passagem. Digamos assim, nós estamos hoje em transição do rejeito em polpa –
319 que era a disposição em barragens – para rejeito disposto em pilhas, que são os
320 processos de licenciamento que vão ocorrer para absorver então a disposição
321 desse material seco. Eu acho que a pergunta foi essa. Temos a usina de filtragem
322 em transição, com plena capacidade a partir de 2022. A usina está em
323 implantação, mas hoje já com alguns testes na usina existentes. E para as
324 barragens há um programa. Temos algumas estruturas já descaracterizadas, e as
325 demais estruturas todas, com cronograma para atendimento. Eu acho que é
326 importante citar também que nós temos um acompanhamento, em Itabira, de
327 representante do Ministério Público, acompanhando todo esse processo de
328 redução do nível de risco dessas estruturas citadas, com visitas mensais e
329 frequentes ao complexo. E há reuniões junto ao Ministério Público justamente
330 para acompanhar e validar essas ações.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu
331 gostaria de saber quantas dessas 16 barragens já foram descomissionadas e
332 quantas estão em processo de descomissionamento.” Alessandra Mazon/Vale
333 S/A: “Realmente, eu não estou com os números aqui, mas posso citar as que
334 estavam em obra em 2019 e as que estão em obra 2020. Quanto às demais, eu
335 precisaria do cronograma. O foco inicial foi dado às estruturas a montante. Então
336 em 2019, Dique do Rio do Peixe e Dique II do Pontal, que são estruturas a
337 montante. Vale lembrar que Pontal não é uma estrutura alteada a montante,
338 apenas diques internos. Em 2021, nós estamos com o Dique III também em obra

339 para descomissionamento, e os diques 1A e 1B, de Conceição. Das estruturas
340 ativas ainda para 2022, nós temos um trabalho de descomissionamento das
341 barragens Cambucal e I e II.” Isabel Roquete/Vale S/A: “Como a Alessandra
342 Mazon acabou de informar, dessas barragens citadas, 15 estão em processo de
343 descomissionamento, e a barragem que foi descomissionada é a Barragem de
344 Peixe. Às vezes, falamos ‘barragem’ num contexto maior, mais muitas delas são
345 diques internos, não na proporção de grandes barragens. Mas é importante falar
346 que estão em descomissionamento, e a Barragem de Peixe, que é a maior, está
347 descomissionada.” Laura Bertolino de Souza Lima/Suppri/SEMAD: “Em relação
348 aos pareceres de vista, não temos comentário extra, além do que foi colocado no
349 nosso parecer. E só salientar mesmo, o que a Isabela já colocou, que é um
350 empreendimento não considerado de significativo impacto, que não tem impacto
351 sobre cavidade, não tem supressão de vegetação nativa em estágio avançado de
352 regeneração. Então consideramos que não tem significativo impacto.” Rodrigo
353 Ribas/Suppri/SEMAD: “O parecer está bastante conciso, tem todas as
354 informações necessárias para a tomada de decisão dos conselheiros. Em relação
355 à pilha que está sendo julgada, nós não temos absolutamente nada a falar, o
356 parecer de vista não trouxe nenhum questionamento em relação ao processo. Eu
357 acho estamos instruídos para julgamento. Em relação à situação de segurança
358 de barragens, só registrar que nós temos nas legislações federal e estadual
359 diferentes competências para fiscalização e acompanhamento. A legislação
360 federal trouxe a competência de fiscalização e acompanhamento de segurança
361 de barragens à Agência Nacional de Mineração, não trouxe ao Estado, cujo
362 licenciamento não tem relação com a fiscalização de segurança de barragens,
363 não nos compete, legalmente, fazer isso. Na legislação estadual, depois a 23.291,
364 é que houve uma aproximação em termos da apresentação dos documentos que
365 dizem respeito à segurança de barragens. Então, conselheiros, nós temos dois
366 momentos. Quando nós estamos licenciando alguma barragem, seja na fase de
367 LP, LI ou LO, existem documentos que se referem a essa barragem dentro do
368 processo. Então toda vez que houver num processo de licenciamento a barragem
369 imposta nós vamos sempre apresentar no bojo do parecer as condições daquela
370 barragem conforme estabelecido na Lei 23.291. Não é o caso, nesse processo,
371 não vai ter informação de barragem porque não está licenciando nenhuma
372 barragem. Em relação à gestão de barragens no Estado de Minas Gerais, coube
373 à FEAM fazer esse acompanhamento. Então é na FEAM, que tem uma gerência
374 específica sobre gestão de barragens e áreas degradadas, que essas
375 informações estarão disponíveis. Faz o acompanhamento, faz as vistorias
376 periódicas. Todo ano tem uma programação de vistoria de avaliação. E esses
377 dados estão todos disponíveis para os senhores conselheiros no BDA. Na própria
378 página da FEAM, tem um inventário das barragens, as normas que tratam das
379 descaracterizações das barragens. Lembrando que a lei determinou a
380 descaracterização de barragens que são construídas a montante, as demais
381 continuam lícitas, nenhuma empresa precisa deixar de operar, o que as empresas

382 precisam é garantir a segurança dessas barragens ao longo do tempo. Na página
383 da FEAM, naquele menu do lado esquerdo, tem 'gestão de barragens'. Fica muito
384 fácil de se ver quais são as informações, que são públicas para qualquer pessoa.
385 E no BDA basta pedir o acesso, entrar e consultar. No BDA tem todas as
386 declarações de estabilidade, conforme os períodos determinados, as declarações
387 são periódicas. Todas estão disponíveis para consulta dos senhores conselheiros
388 em qualquer momento." Conselheiro José Angelo Paganini: "Rodrigo, eu não
389 questione o parecer da Suppri, eu só quero mais informações para poder decidir.
390 E na minha visão um problema crítico que nós temos com a mineração hoje Itabira
391 também tem, que é uma insegurança muito grande da população que está sujeita
392 e essas barragens. Então eu gostaria e preciso dessas informações para definir
393 meu voto. A questão é só essa." Estado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira
394 Trovão: "Nós entendemos essa questão, José Angelo, foi por isso que eu
395 direcionei, até quando falei no início, que caberia à FEAM repassar essas
396 informações. Mas sabendo que isso talvez subsidie o voto do conselheiro eu
397 passei a pergunta à empresa, que, ao meu ver, respondeu ao senhor os
398 questionamentos, e o Rodrigo completou demonstrando onde o senhor pode
399 buscar tais informações. Mas na votação, embora isso influencie no seu voto, nós
400 temos que deixar claro que o processo, no momento em que estamos
401 trabalhando, no item 5.1, se trata de uma pilha de rejeito. No que pese podermos
402 esclarecer esses pontos, o processo que estamos discutindo aqui é uma pilha de
403 rejeito. Aí nós voltamos ao Conselho. Alguma dúvida adicional? Não? Eu vou
404 colocar em votação. Em votação o item 5.1, Vale S/A, Processo Administrativo
405 119/1986/119/2018. Em votação." Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese,
406 Codemig, ANM, Sindiextra, Fiemg, SME e Abes. Abstenções: Relictos e
407 ProMutuca. Ausência: Ibama. Justificativas de abstenções. Conselheiro José
408 Angelo Paganini: "Eu vou me abster. Não tenho nada especificamente contra o
409 processo da pilha de rejeitos, mas fico incomodado com a existência de barragens
410 e uma certa indefinição de quando serão descomissionadas." Conselheiro Julio
411 Cesar Dutra Grillo: "Eu também vou me abster. Eu não estudei o processo e acho
412 que a postura do José Angelo está absolutamente correta." Presidente Yuri Rafael
413 de Oliveira Trovão: "Processo deferido por nove votos favoráveis, duas
414 abstenções e uma ausência." **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME**
415 **DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCOMITANTE COM**
416 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Brita Vale Ltda. Extração de areia e cascalho**
417 **para utilização imediata na construção civil. Careçu/MG. PA 4204/2020,**
418 **ANM 830.728/1983. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso**
419 **III, alínea b). Apresentação: Supram Sul de Minas. Retorno de vista:**
420 **ProMutuca e SME.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "O parecer de vista do
421 ProMutuca foi entregue a tempo, mas foi redigido pela Teca. Eu não estudei o
422 processo, não estudei nem o parecer de vista, apenas o passei para frente. Então
423 eu não me encontro em condições de discutir o assunto." Conselheiro Carlos
424 Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Nós pedimos vista ao processo para conhecer

425 um pouco mais a situação da extração de areia no rio Sapucaí. E eu queria então
426 relatar alguns aspectos que considero importantes. Primeiramente, basicamente,
427 não foram identificados quaisquer problemas relacionados com os aspectos
428 ambientais usualmente avaliados como físico, biótico e socioeconômico. Mas
429 ressaltam-se alguns aspectos. A extração de areia e cascalho será realizada no
430 rio Sapucaí, o qual, nas imediações do empreendimento, possui largura média
431 aproximadamente de 65 m e profundidade de 3 m, suas águas são turvas e suas
432 margens apresentam sinais de desbarrancamentos naturais motivados pelas
433 fortes cheias anuais. Aquela região tem um aspecto no rio Sapucaí muito
434 interessante porque se tratam de atividades agrossilvipastoris naquele ponto.
435 Então tem realmente um nível de assoreamento bastante elevado. Existe,
436 inclusive, falta de matas ciliares na região do rio Sapucaí. Mas vale salientar que,
437 conforme relato, às margens do rio Sapucaí, nessa região ou nas imediações do
438 empreendimento, se apresentam sinais de desbarrancamentos, supondo-se
439 também que o seu nível de assoreamento deva ser elevado. Uma lavra no caudal
440 do rio, se bem projetada – nós não entramos em detalhes do projeto dessa lavra
441 – e de forma cuidadosa, poderá contribuir para o desassoreamento que
442 sugerimos. De modo que esse é um aspecto muito importante. Depois eu faço
443 algumas considerações no relato a respeito da questão da ictiofauna, que, apesar
444 de constatar uma ação antrópica acentuada, resultando em degradação
445 diferenciada nos diversos ambientes que compõem a sub-bacia do rio Sapucaí,
446 algumas espécies ainda existem, o que devia ser monitorado em determinados
447 períodos, o que acreditamos que seja feito através da respectiva Agência do Rio
448 Sapucaí. Necessariamente, trata-se de uma monitoria que talvez a empresa
449 mesmo não precisaria fazer, mas isso seria, considerando o caudal completo do
450 rio, de importância a ser feito através da própria Agência do Rio Sapucaí.
451 Entendemos também que, para as questões socioeconômicas, a observação do
452 Parecer Único da Supram Sul enfatiza que ‘a relação desse tipo de
453 empreendimento com o município de Careagu está fundamentalmente
454 relacionada ao emprego de mão de obra local e à utilização do setor de serviços,
455 bem como a comercialização de parte da produção minerária onde está
456 estabelecido o apoio logístico. No presente caso, por se tratar de um
457 microempreendimento, sua interrelação com o meio antrópico é de amplitude
458 reduzida, o mesmo tendo a sua influência mais representativa inserida no âmbito
459 da AID.’ Quanto às condicionantes, não temos nada a dizer. Então o nosso
460 parecer é atender exatamente a equipe interdisciplinar da Supram Sul sugerindo
461 o deferimento da referida licença.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Na reunião
462 passada, aprovamos a concessão de licença ambiental para uma atividade
463 equivalente a essa de que nós estamos tratando hoje, situada em um ecossistema
464 diferente do atual e, possivelmente, melhor conservado do que este. Neste
465 processo foram impostas condicionantes relativas ao monitoramento e à
466 conservação da fauna aquática local. Quanto às colocações do conselheiro Dr.
467 Orsini de que o monitoramento da fauna seria de competência do Comitê de Bacia

468 do Rio Sapucaí, eu gostaria de informar que o Comitê de Bacia não tem essa
469 competência. A competência de um Comitê de Bacia se restringe a quantidade e
470 qualidade da água. O Comitê, mesmo que quisesse, não teria competência para
471 fazer isso. Então eu pergunto por que não foi sugerida nenhuma condicionante
472 relativa à fauna aquática neste processo. Esse é o meu posicionamento.”
473 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “José Angelo, eu compreendo
474 isso perfeitamente. Talvez eu tenha me expressado mal. Eu já fui participante do
475 Comitê da Bacia do Rio das Velhas e sei muito bem do que você disse. Mas o
476 Comitê tem a gestão, então o Comitê sabe da aplicabilidade de algum trabalho de
477 monitoria através de outras empresas que estão localizadas, sejam empresas que
478 utilizam a água, com outorga, para alguma finalidade, seja finalidade de irrigação,
479 como também empresas de mineração. Então nós deveríamos ver isso, talvez a
480 própria Supram Sul, verificar se existem outras empresas que já estão fazendo a
481 monitoria. Porque, necessariamente, poderia ser aduzida como condicionante a
482 monitoria da ictiofauna. De modo que a sua consideração é muito relevante, mas
483 então vamos esperar a observação da nossa Supram Sul, porque ela deve ter um
484 conhecimento a respeito da totalidade da operação do próprio caudal do rio
485 Sapucaí.” Frederico Augusto Massote Bonifácio/Supram Sul de Minas: “Ainda que
486 o conselheiro Sr. Julio não tenha discorrido sobre o parecer, como uma forma de
487 respeito e atenção àquilo que foi exarado pela ProMutuca no parecer de vista, nós
488 temos uma retificação a fazer, um erro material que ocorreu no parecer e que foi
489 devidamente listado pelo conselheiro. O empreendimento trata-se de uma
490 microempresa, não tendo ocasionado dano pela operação da sua atividade. E a
491 equipe entendeu, com fundamento no artigo 50 do Decreto 47.383, que ele se
492 perfazia dentro das características para não ser autuado, para que a fiscalização
493 tivesse a sua natureza orientativa. Só que ao redigir o parecer a equipe acabou
494 confundindo os decretos e fundamentando essa não autuação por força do
495 Decreto 47.838, recém-publicado, em 2020. Esse decreto também traz questões
496 relativas a não aplicação de penalidades, mas somente para atividades
497 agrossilvipastoris. Nós já providenciamos a retificação do parecer, a correção do
498 texto, a Renata vai encaminhar para a equipe da Assoc para que seja feita a
499 publicação de forma correta.” Renata Fabiane Alves Dutra/Supram Sul de Minas:
500 “Eu vou dar sequência fazendo alguns comentários sobre a fala do Carlos, sobre
501 o parecer da sua instituição, chamando atenção para dois aspectos: os
502 relacionados a processos erosivos e os relacionados à questão da ictiofauna.
503 Quanto à questão dos processos erosivos no leito do rio, promovidos pela
504 atividade de extração, nós temos como condicionante a apresentação de
505 relatórios técnicos e fotográficos da execução dos planos e programas propostos,
506 dentre eles, o programa de monitoramento dos processos erosivos. Quanto a isso,
507 nós entendemos estar resolvidos. Sobre o ponto relacionado à ictiofauna, para
508 esses processos de extração de areia e cascalho no curso d’água, não temos
509 como prática a solicitação, enquanto condicionante, de programa de
510 monitoramento da ictiofauna. Diferentemente de processos como os

511 empreendimentos hidrelétricos, em que tem represamento do curso d'água e toda
512 alteração da dinâmica dessas espécies, para atividade de extração de areia e
513 cascalho, nós não praticamos a inclusão desse monitoramento dentro das
514 condicionantes do processo, ainda que tenhamos tratado sobre esses aspectos
515 relacionados à fauna no parecer de licença. Em linhas gerais, é isso que temos a
516 manifestar sobre os pontos levantados.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
517 Trovão: “José Angelo, o senhor vai querer propor a condicionante?” Conselheiro
518 José Angelo Paganini: “Sim, eu vou querer propor a condicionante. Eu gostaria
519 de uma condicionante exigindo um projeto de monitoramento, que após
520 aprovação pela Supram seja executado durante as licenças corretivas de
521 Instalação e Operação. Então o empreendedor deveria apresentar um projeto de
522 monitoramento da ictiofauna para a Supram, que após a aprovação seria
523 executado entre as fases das Licenças de Instalação e Operação. Nós
524 precisaríamos ter um conhecimento sobre o que está acontecendo com a fauna,
525 pelo menos com a ictiofauna.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:
526 “Eu concordo plenamente com o que o nosso colega José Angelo comentou. Eu
527 também, no próprio relato, falo exatamente dessa necessidade, acho importante,
528 e é um exemplo. Se ninguém faz nenhum controle de ictiofauna no rio Sapucaí,
529 vamos começar a fazer, mesmo que seja de forma simples. Pode ser outro,
530 amanhã ter uma nova concessão, seja de outorga, seja de aproveitamento que
531 for, também poderá contribuir. Então ao longo do rio vai tendo um monitoramento
532 adequado. De modo que eu já concordo com essa colocação que o José Angelo
533 faz, que também está dentro dos meus princípios, dentro do relato que
534 apresentei.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Renata, em relação à
535 inclusão da condicionante proposta pelo José Angelo, vocês têm alguma
536 manifestação, algum destaque?” Renata Fabiane Alves Dutra/Supram Sul de
537 Minas: “O que eu tenho a fazer é reforçar o nosso entendimento quanto a não
538 termos identificado impacto que merecesse monitoramento. Além do que, dentro
539 da dinâmica de inclusão de condicionantes e análise de concessões pós-licença,
540 nós temos também consciência do quão oneroso isso pode ser para o
541 empreendedor. A preocupação com o impacto em primeiro lugar, é claro, mas
542 também fazemos essa análise crítica. Já teve casos, por exemplo, de processos
543 passados em que nós incluímos essa condicionante e depois, por uma série de
544 motivos, opinamos pela exclusão. É o nosso entendimento, apenas ratificando,
545 porém os conselheiros fiquem à vontade para propor uma redação para
546 apreciação e votação.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Tendo em vista até
547 a manifestação que a própria Renata, da Supram, já fez sobre essa questão da
548 condicionante, eu não sou contra colocar uma proposta em votação, mas eu acho
549 que devemos seguir da forma que sempre seguimos com todo mundo.”
550 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vamos colocar apartado. Primeiro, o
551 processo, depois a condicionante. Eu coloco então em votação agora o processo
552 conforme publicado pela Supram Sul. Em votação o item 6.1.” Votos favoráveis:
553 Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, SME

554 e Abes. Abstenção: ProMutuca. O conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo informou
555 que a justificativa da abstenção é com base em sua manifestação durante a
556 discussão do processo. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Processo
557 deferido por 11 votos favoráveis e uma abstenção. Nós retornamos ao José
558 Angelo (para apresentar a proposta de redação da condicionante sugerida).”
559 Conselheiro José Angelo Paganini: “Apresentar à Supram projeto de
560 monitoramento da ictiofauna e, após aprovação, executá-lo durante a validade
561 das Licenças de Instalação Corretiva e de Operação.” Presidente Yuri Rafael de
562 Oliveira Trovão: “E o prazo para apresentar o projeto?” Conselheiro José Angelo
563 Paganini: “Cento e oitenta dias.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de
564 Lima: “Eu queria só ver o seguinte com o José Angelo. Na verdade, o que se
565 pensa com relação a isso é uma monitoria com sazonalidade em períodos
566 adequados que conformam toda a metodologia da ictiofauna. Então na verdade
567 seriam monitorias a cada 180 dias. Só para ver se o meu raciocínio está certo.”
568 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Na realidade, vai apresentar o projeto,
569 e o projeto é que vai determinar essa frequência e como será. E depois vai ser
570 aprovado pela superintendência. Ainda discussão, senhores conselheiros.”
571 Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “A minha preocupação. Foi falado
572 pela própria Supram que o custo disso pode inviabilizar o próprio monitoramento.
573 Como já tem um registro histórico de outros empreendimentos na área. No meu
574 ponto de vista, trata-se de um empreendimento de pequeno porte, e eu entendo
575 e ratifico que o José Angelo está coberto de razão. É preciso fazer um banco de
576 dados da ictiofauna, inclusive para a própria Supram ter no futuro o que ela possa
577 vir a cobrar dos próximos licenciamentos. Mas isso também deveria ser para os
578 outros empreendimentos que ocupam a bacia. Eu fico na dúvida: será que isso
579 vai ser viabilizado ou não? Ou essa condicionante vai virar uma condicionante no
580 futuro em que as pessoas dizem: ‘Não vai dar para manter essa condicionante
581 porque ela onera muito o porte do empreendimento.’ Essa que é a minha dúvida.
582 Esse é o comentário.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A alteração de
583 condicionantes é prevista no Decreto 47.383. Então a qualquer momento o
584 empreendedor pode solicitar alteração ou exclusão de uma condicionante. Seria
585 apresentar à Supram o projeto com programa de monitoramento?” Ana Carolina
586 Miranda Lopes de Almeida/SEMAD: “Eu acho que ficaria melhor a redação se
587 colocarmos ‘programa de monitoramento’, que é o termo que utilizamos nesse
588 sentido. Então eu entendi que vai ser uma minuta de projeto e programa de
589 monitoramento, e depois o programa de monitoramento vai ser implementado. Só
590 o termo um pouco mais técnico da área de recursos hídricos, pela minha vivência
591 no IGAM. Eu não sei se vale a pena colocar só ‘programa de monitoramento’ ou
592 tem necessidade de colocar o projeto antes. O que você acha, Paganini?”
593 Conselheiro José Angelo Paganini: “Não tem problema. A ideia é que apresente
594 o que a empresa está sugerindo fazer. A Supram analisa. Se estiver de acordo,
595 dá o acordo para começar. Senão pede para alterar o programa. Eu acho que fica
596 melhor do jeito que você falou.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de

597 Lima: “Realmente o que a Ana Carolina comenta é muito importante. Na verdade,
598 é um plano. Eu entendi perfeitamente. Agora essa outra contestação do Luiz
599 Henrique, da ANM. Eu também concordo. Nós não conhecemos bem o porte
600 dessa empresa, eu desconheço. Porque no nível de avaliação que fizemos com
601 o relato não chegamos a verificar o porte, a grandiosidade do empreendimento.
602 Isso vai depender, então, evidentemente, de ser colocado de uma forma mais
603 clara durante o plano. Mas eu acho que um plano de ictiofauna não é uma coisa
604 tão elevada assim que vá fazer com que a empresa não possa arcar com isso.
605 Por outro lado, eu ouviria, no futuro, o pessoal do IGAM, que tem muita
606 experiência nisso e conhece essa história da bacia com muita competência. E
607 poder então oferecer um subsídio a respeito da continuidade ou não desse
608 processo.” Conselheiro Henrique Damásio Soares: “A minha manifestação, como
609 representante da Federação das Indústrias, é no sentido do próprio parecer da
610 Supram Sul de Minas, que é uma Supram que tem uma análise técnica. Todas
611 fazem, mas percebemos, pelas características das atividades econômicas da
612 região Sul Minas, e temos total confiança quando são emitidos os pareceres da
613 Supram Sul de Minas. E a própria Supram alega que esse impacto não vai ocorrer.
614 Eu entendo o lado do conselheiro Paganini, realmente, a postura dele é muito
615 técnica de querer realmente que o meio ambiente seja bem monitorado, e, se tiver
616 qualquer alteração, identificada essa questão. Mas imputar uma atividade pelo
617 porte? Salvo engano, ela veio aqui pelo porte e não pelo potencial poluidor da
618 atividade. Eu acho que é importante frisar aqui no Conselho, ela está vindo aqui
619 pela questão do porte, salvo engano, não pelo potencial poluidor da atividade em
620 si. A própria DN 217 estabelece. Então eu sou contrária à inclusão dessa
621 condicionante. É claro que é importante, se tiver alguma mortalidade de peixes,
622 se tiver alguma questão a relatar ao órgão ambiental e tudo mais, isso está
623 previsto no próprio Decreto 47.383, esses acionamentos. Mas imputar à empresa
624 esse tipo de plano, realmente, eu não sei se vai ter ganho ambiental. Esse é o
625 meu posicionamento.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu queria
626 falar ainda pegando o gancho do José Angelo, que eu acho que tem razão nessa
627 preocupação dele, que faz parte desse processo. Eu estou aqui com a imagem 7
628 do parecer. Nós vemos aqui a bacia completamente antropizada. Nós
629 conhecemos o Sul de Minas, onde o desenvolvimento agropastoril é muito alto e
630 outras atividades também. Esse monitoramento é um monitoramento que poderia
631 ser feito coletivamente, entre vários empreendimentos. Aí eu acho que não ia
632 chegar a ser uma coisa onerosa a um único empreendimento. E capitaneado
633 talvez por uma instituição pública, uma universidade. Eu desconheço, mas
634 acredito que tenha cursos de biologia na universidade no Sul de Minas, e isso
635 poderia ser planejado pelo IGAM ou pela própria Supram ou SEMAD. Eu acredito
636 que deva ter um planejamento em cima disso. Fica em caráter de sugestão, de
637 essas empresas participarem de um consórcio para fazer esse monitoramento da
638 ictiofauna do rio Sapucaí.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho:
639 “Como vocês deram uma mexida na redação, e novos apontamentos foram feitos

640 por conselheiros, eu queria que a Supram se manifestasse de novo, até para
641 responder essa questão do ganho ambiental, se existe realmente algum ganho
642 ambiental.” Renata Fabiane Alves Dutra/Supram Sul de Minas: “Ratificamos o
643 entendimento quanto a não ser um impacto que mereça a inclusão desse
644 monitoramento.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Na verdade, uma
645 pergunta para o Luiz. Eu não entendi muito bem. Qual foi a sua proposta, a sua
646 sugestão?” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Nem seria como
647 condicionante. Eu acho que a preocupação do José Angelo é muito bem
648 fundamentada, e eu entendo que o monitoramento seria efetivo para subsidiar a
649 própria Supram Sul de Minas ou a própria SEMAD como um todo sobre o que
650 fazer e como licenciar, tendo um dado que possa nortear os próximos
651 licenciamento, seria um monitoramento mais complexo do rio. Isso eu acredito
652 que tem um custo elevado e poderia ser capitaneado por um consórcio, nos
653 próximos licenciamentos, junto com uma instituição pública que tenha capacidade
654 de fazer esse monitoramento. Eu entendo que na região tenha universidades
655 federais que possam ter um curso de biologia, um curso ligado a esse tipo de
656 coisa que poderia capitanear esse monitoramento através de um consórcio
657 dessas empresas que estão instaladas lá. Porque a área é muito antropizada por
658 pastagens. Pela imagem, acredito que seja cultura de café. Na imagem 7, vemos
659 o ambiente bem antropizado, e isso cairia em cima de um único empreendedor,
660 que talvez não tenha condição de fornecer uma informação tão valiosa. Então é
661 mais ou menos isso, uma sugestão para a SEMAD pensar nisso e ver se viabiliza.
662 Por exemplo, dez areeiros, 50 areeiros. Eu tenho conhecimento que na região
663 não são só esses areeiros e que tem mais areeiros trabalhando na região, fora os
664 outros empreendimentos que estão instalados na bacia.” Conselheira Denise
665 Bernardes Couto: “Eu consegui entender um pouco melhor, mas vou ter que me
666 manifestar. Eu sei que é só uma sugestão para talvez a SEMAD pensar, mas eu
667 acho ainda um pouco temeroso. Por quê? Primeiro, no caso desse
668 empreendimento, como foi até dito anteriormente, o empreendimento veio aqui
669 pela questão não do potencial poluidor, que é médio, mas, sim, pelo porte do
670 empreendimento. Por isso é que ele está vindo aqui para ser votado. Segundo, a
671 própria Supram disse que, para o empreendimento em si, não há necessidade de
672 se fazer o monitoramento. Daí imputarmos isso a um consórcio de empresas? Se
673 a Supram visse que seria necessário fazer talvez um monitoramento, ok, ela
674 poderia talvez solicitar isso às empresas. Mas, pelo que estou entendendo,
675 principalmente nesse caso, mas talvez em outros, é que não seria necessário. E
676 a própria Supram entende por ser oneroso. Isso tem que ser analisado, realmente,
677 caso a caso, o que cada empreendimento está causando talvez na bacia. Se o
678 órgão ambiental entender que determinado empreendimento necessita fazer esse
679 monitoramento, ok, vai pedir no processo de licenciamento ambiental, seja por
680 informações complementares ou seja depois, havendo a necessidade de se incluir
681 condicionante posteriormente. Mas fazer isso por um consórcio e colocar outras
682 empresas eu não sei se seria prudente, se seria pertinente, no caso,

683 principalmente, da bacia. Só para deixar registrado também que deve ser uma
684 análise feita pelo ambiental no caso a caso e não dessa forma conjunta.”
685 Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Essa última fala da conselheira
686 Denise é muito importante, e, observado o que a conselheira Denise disse sobre
687 a não necessidade, sob o ponto de vista da Supram, com relação a esse tipo de
688 condicionante, eu gostaria de ter reforçada a posição da equipe técnica sobre a
689 pertinência, de fato, ou não para esse tipo de exigência, à luz da análise completa
690 que foi feita no licenciamento.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:
691 “Eu acho muito interessante uma reunião como esta. Apesar de ser um projeto
692 relativamente pequeno, pelo que conseguimos visualizar, o importante de tudo é
693 o diálogo. Com as considerações que foram feitas pelo Paganini, as observações
694 que eu pude fazer e comentários, essas observações também importantes da
695 Denise e agora fechando com esse ponto de vista do Enio Fonseca e também da
696 própria Supram Sul, na pessoa da Renata, eu vejo uma tendência de se chegar à
697 conclusão de que se trata de um assunto que não deva ser imputado
698 exclusivamente ao empreendedor, devido ao seu porte, devido ao seu tamanho
699 de projeto. Então eu me coloco também dentro de uma posição similar à posição
700 do Luiz Henrique. E quem sabe conclamar o IGAM para uma avaliação mais
701 adequada e não levar em consideração a colocação de uma condicionante nesse
702 porte.” Renata Fabiane Alves Dutra/Supram Sul de Minas: “Mais uma vez,
703 reforçando, tendo em vista tudo que foi exposto por todos os conselheiros,
704 entendemos que esse monitoramento não traz ganho ambiental. O que traz o
705 ganho ambiental é a garantia do desempenho ambiental do empreendimento. O
706 monitoramento, por si só, traz dados de impacto sobre as populações de peixes,
707 que não necessariamente serão advindos, exclusivamente, do empreendimento
708 em tela. No Sul de Minas, especificamente, são inúmeros empreendimentos em
709 que trabalhamos o licenciamento ambiental para essa atividade. E ocorreu que
710 esse tem um porte que o trouxe à apreciação por esta Câmara Técnica. Mas no
711 ambiente de Licenciamento Ambiental Simplificado são diárias as análises dessa
712 tipologia. Então ratificamos o nosso entendimento pelo não ganho ambiental
713 desse monitoramento, tendo em vista todas essas considerações.” Conselheiro
714 José Angelo Paganini: “Nós entendemos todos os posicionamentos, mas temos o
715 entendimento de que, se todos os empreendimentos que causam alteração na
716 qualidade da água do rio ou dos sedimentos ou das populações de peixes
717 tivessem essa obrigação de fazer essa avaliação, hoje poderia estar sendo feito
718 talvez um consórcio entre esses empreendimentos e se ter uma avaliação mais
719 efetiva do que está acontecendo no rio Sapucaí. O Estado não vai tomar essa
720 iniciativa, porque não tem perna para isso. A Supram não vai cobrar porque o
721 empreendimento é pequeno. Mas no todo nós temos um rio extremamente
722 degradado, foi alterado o fluxo genético para construção de uma barragem
723 hidrelétrica de grande porte, e ninguém sabe o que está acontecendo. Está na
724 hora de começarmos a tentar entender esse problema. Nós não estamos falando
725 da complexidade desse monitoramento, nós estamos falando de apresentação de

726 um plano para a Supram avaliar e aprovar. Agora ‘ah, vamos deixar, porque
727 ninguém tem, vamos deixar do jeito que está para ver como é que fica, vamos ver
728 se o IGAM...’ O IGAM nem competência para isso tem, a competência de
729 ictiofauna e de fauna é com o IEF. Então está na hora de começarmos a mudar
730 esse entendimento, inclusive dos técnicos da Supram, sobre a necessidade de
731 mais atenção ao meio ambiente, às alterações, aos impactos que,
732 cumulativamente, vão causando impactos de grandíssima proporção.” Presidente
733 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Eu vou colocar em votação, senhores
734 conselheiros, a condicionante proposta.” Conselheiro Valter Vilela Cunha:
735 “Senhor presidente, senhores conselheiros, eu acho que é um assunto importante
736 e vejo essa condicionante tranquilamente. O que é? ‘Apresentar à Supram plano
737 de monitoramento.’ Esse plano de monitoramento, que vai ser feito por empresa
738 de consultoria, pode chegar à conclusão de que não tem sentido fazer o
739 monitoramento. Mas tem que apresentar o estudo. Eu acho que o Paganini tem
740 razão. O que nós estamos pedindo? ‘Apresentar o plano de monitoramento.’ Esse
741 plano vai ser visto pela Supram. Ele pode falar: ‘Não tem sentido por causa disso
742 e disso.’ Agora a gente cortar o plano porque a empresa não tem condição de
743 fazer esse monitoramento? Nós nem sabemos o que é o monitoramento. Nós
744 estamos pedindo um plano. Então essa é a minha posição.” Presidente Yuri
745 Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, conselheiro. Em votação, então, a seguinte
746 condicionante: ‘Apresentar à Supram plano de monitoramento da ictiofauna e,
747 após aprovação, executá-lo durante a validade das Licenças de Instalação
748 Corretiva e de Operação. Prazo para apresentação do plano: 180 dias da
749 concessão da licença.” Votos favoráveis: Ibama, Relictos, ProMutuca, SME e
750 Abes. Votos contrários: Segov, Sede, Sedese, Codemig, ANM, Sindiextra e
751 Fiemg. Justificativas de votos favoráveis à inclusão da condicionante: Conselheiro
752 Enio Marcus Brandão Fonseca: “Enquanto um órgão equivalente, licenciador, um
753 órgão ambiental, normalmente nós acompanhamos sempre a posição do órgão
754 congênere do Estado. Mas neste caso eu vou votar favorável, pelas explicações
755 que foram feitas de que esse plano não está colocado de uma maneira detalhada,
756 onerosa ou incompatível com o trabalho e vai ser apresentado em formato
757 adequado e deve ser validado pela Supram. Portanto, eu registro a razão de votar
758 favorável.” Destaques de votos contrários. Conselheiro Luiz Henrique Passos
759 Rezende: “Eu voto contrário, apoiando o posicionamento da Supram que foi
760 declarado na reunião, e deixo a dica para que a SEMAD ou o órgão responsável
761 por isso planeje uma forma no licenciamento, na visão de um licenciamento
762 integrado, para a criação de um consórcio para todos os demais que virão, junto
763 com uma entidade pública focada nesse assunto, para fazer esse monitoramento,
764 que vai ser muito bem aproveitado pela SEMAD e por gerações futuras, segundo
765 mencionado pelo próprio Paganini.” Conselheira Denise Bernardes Couto:
766 “Contrário, seguindo até a manifestação da Supram Sul, que disse que a
767 condicionante neste momento não traria ganho ambiental.” Conselheiro Carlos
768 Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu acompanho o comentário que Enio Marcus

769 Brandão Fonseca, nosso conselheiro representante do Ibama, comenta aqui e
770 sou favorável à inclusão do plano.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
771 “Então a inclusão da condicionante não foi aceita, com sete votos contrários e
772 cinco favoráveis.” **7) ÁREAS DE CONSERVAÇÃO E CORREDORES**
773 **ECOLÓGICOS. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Daniela
774 Souza/IEF: “Nós estamos aqui para trazer algumas informações muito breves
775 sobre área de conservação e corredores ecológicos. Nós vamos falar de
776 instrumentos que não são as unidades de conservação, mas que apresentam um
777 papel muito importante para a conservação ambiental. Nós vamos falar de
778 instrumentos que trabalham a gestão e ordenamento territorial, com o objetivo de
779 desenvolvimento sustentável. Os dois primeiros instrumentos que estamos
780 trazendo, que são os corredores ecológicos e os bosques modelo, não
781 necessariamente, a partir da sua instituição, imporiam restrições às áreas, mas,
782 sim, uma forma de se planejar o território para fins de alcançar conservação
783 ambiental, melhorar a gestão para se pensar em sustentabilidade e no bem-estar
784 social. Como eu disse, o primeiro desses instrumentos são os corredores
785 ecológicos. O IEF tem feito um trabalho muito grande para fortalecer essa
786 ferramenta e fazer a sua regulamentação no Estado de Minas Gerais. No ano de
787 2018, foi feito um GT interno no IEF, que, inclusive, contou com a participação de
788 atores da sociedade, por meio da realização de seminários no ano de 2018. Esse
789 GT teve por produto a edição de uma minuta de projeto de lei, que é muito robusta,
790 um trabalho de excelência. Quando eu assumi a responsabilidade pela diretoria e
791 pela equipe, entendi que não necessitaríamos, efetivamente, de uma minuta de
792 projeto de lei, porque já temos regramentos específicos que não demandariam lei,
793 mas um decreto. Um decreto em que façamos essa regulamentação e
794 consigamos, efetivamente, fomentar a ferramenta no âmbito do Estado. Os
795 corredores ecológicos têm uma importância inquestionável, porque a
796 particularidade deles é minimizar fragmentação de ecossistemas, possibilitando
797 ligação de áreas diferentes. E aí podemos estar falando tanto de ligação de
798 unidades de conservação ou mesmo de fragmentos de vegetação nativa. E a
799 importância dessa conectividade, podemos citar, por exemplo, deslocamento de
800 fauna. Sabemos que alguns espécimes de fauna têm territórios muito amplos,
801 então é importante ter esses corredores para poderem fazer esse deslocamento
802 e dispersão de sementes e até mesmo aumento de cobertura da vegetação
803 nativa. Como eu disse, por se tratar de ferramenta de planejamento territorial, o
804 planejamento responsável de utilização dessas áreas, considerando a delimitação
805 desses corredores, pode trazer inúmeros benefícios, tanto para a população local
806 quanto para a população regional, para a população de entorno. Porque, como
807 estamos falando de conservação, estamos falando de pilares, tanto de qualidade
808 ambiental, conservação ambiental, como também de economia e
809 desenvolvimento social. Então essas áreas nos permitem trabalhar ecoturismo,
810 apoiar cadeia produtiva dos produtos que são originários dessas áreas. Sem
811 dúvida alguma, é um instrumento muito importante nos aspectos de conservação.

812 Essa proposta que estamos trabalhando – que está praticamente finalizada para
813 fazer os trâmites de assessoria jurídica e depois passar pela consultoria técnico-
814 legislativa para fins de ir para aprovação do senhor governador – tem por objetivo
815 tanto a gestão quanto o reconhecimento, fazer o escopo de como seria feito. Nós
816 pensamos nessa gestão de forma paritária, em que os vários atores e segmentos
817 da sociedade possam contribuir com a gestão dessas áreas. Eu vou mostrar o
818 Corredor Ecológico Sossego Caratinga, que é um corredor que já temos
819 reconhecido no Estado de Minas Gerais. Ele foi reconhecido no ano de 2014 pelo
820 Decreto Estadual de numeração especial nº 397. Ele liga duas reservas
821 particulares do patrimônio natural: a Mata do Sossego e a Feliciano Miguel
822 Abdala. O corredor tem uma área considerável, de 46.425 hectares,
823 aproximadamente, e abrange municípios tanto da Regional Rio Doce, do IEF,
824 quanto do Regional Mata. A finalidade de instituição foi a conservação das
825 populações do muriqui-do-norte. E no desenvolvimento do planejamento da
826 gestão desse território, no âmbito do projeto Promata II, nós desenvolvemos um
827 estudo, o Roam, é estudo reconhecido internacionalmente, uma metodologia que
828 foi desenvolvida pela UCN e WRI, que tem a colaboração de vários atores para a
829 sua elaboração. E o objetivo é auxiliar nesse planejamento, na tomada de
830 decisões, no direcionamento de esforços de investimentos, entre outras questões.
831 Então, especificamente para o Corredor Ecológico Sossego Caratinga, nós
832 desenvolvemos o planejamento estratégico de restauração florestal, pensando já
833 em conservação da vegetação nativa e na ampliação de recuperação das áreas
834 desse corredor. Esse é um corredor reconhecido, mas existem outras propostas
835 de corredores ecológicos, em fases distintas. Já passaram pela avaliação do
836 Instituto Estadual de Florestas. Podemos citar o Corredor Ecológico do Vale do
837 Mutuca, o corredor ecológico que interligaria a serra da Moeda e Arêdes, o
838 Corredor Ecológico Espinhaço Norte, o Corredor Ecológico do Triângulo e o
839 Corredor Ecológico APA Vargem das Flores. Outro instrumento que trazemos aqui
840 também quando estamos falando de paisagem e gestão de território são os
841 bosques modelo. O IEF hoje integra uma comunidade global, a Rede Internacional
842 de Bosques Modelo. Essa rede tem 63 bosques reconhecidos, sendo que,
843 especificamente no Brasil, nós temos cinco, sendo dois no Estado de Minas
844 Gerais. Somos pioneiros no Brasil no reconhecimento dessas áreas, e as
845 atividades do IEF junto com essa comunidade global são muito alinhadas.
846 Inclusive, este ano, tem alguns servidores nossos –salvo engano, são quatro –
847 sendo capacitados pelo Catie, com bolsas fornecidas pelo Bosque Modelo da
848 Mata Atlântica, que é um dos nossos, tanto na questão da restauração
849 propriamente dita quanto no combate e prevenção de incêndios florestais. Só a
850 título de esclarecimento, o bosque modelo são associações voluntárias de vários
851 atores no mesmo território, que, conforme as vontades, baseadas em princípios –
852 eu citei aqui os seis princípios que geralmente norteiam a conformação dessas
853 vontades –, justamente para se falar em desenvolvimento e manejo sustentável
854 de recursos. Trata-se de um processo social, inclusive, e participativo e que tem

855 como metas, por exemplo, redução de pobreza, mudanças climáticas, luta contra
856 a desertificação e metas de sustentabilidade. Como eu tinha dito anteriormente,
857 no Estado de Minas Gerais existem dois bosques modelo reconhecido. Um deles
858 é o da Mata Atlântica. Ele foi reconhecido no ano de 2004. A área de abrangência
859 dele é de aproximadamente 2,5 milhões hectares, em um território que alcança,
860 aproximadamente, 230 municípios. É um bosque modelo coincidente com quase
861 a integralidade da área de Mata Atlântica. Considerando a extensão, que é muito
862 gigantesca, dividimos essa gestão em núcleos, e no planejamento da diretoria
863 consta a possibilidade de implantação do diretório do Centro-Sul, que é
864 justamente na região do Mosaico de Ouro Preto, para dar maior efetividade de
865 gestão. Um segundo que temos é o bosque modelo Mosaico Sertão Veredas
866 Peruaçu. Ele foi reconhecido no ano de 2005, tem, aproximadamente, uma área
867 de 1,8 milhão de hectares, é muito característico pela diversidade de
868 comunidades tradicionais que tem ali. Então essa participação social é muito
869 característica naquela área. Além de ser uma área característica de espécies
870 endêmicas de fauna e flora. Falar de conservação ambiental não tem como não
871 falar de reserva legal em áreas de preservação permanente, que são áreas
872 importantes também para esse objetivo. E estamos falando, especificamente, do
873 Programa de Regularização Ambiental, o PRA, que é o programa que foi instituído
874 pelo Código Florestal Federal, a Lei 12.651/2012. Foi regulamentado no Estado
875 de Minas Gerais agora no dia 27 de janeiro de 2021, através do Decreto 48.127.
876 Entendo eu que é um dos maiores programas de recuperação ambiental do
877 Estado, e acho que podemos falar do Brasil e quiçá do mundo, porque é um
878 desafio gigantesco. Nós estamos falando de áreas gigantescas e de um desafio
879 enorme. Na nossa atual situação, hoje temos 872.208 imóveis rurais inscritos na
880 base de dados do Programa de Regularização Ambiental, sendo que desses
881 imóveis inscritos 64.000 são acima de 4 módulos fiscais e 808.000 abaixo ou até
882 4 módulos fiscais. Isso, inclusive, demonstra um pouco, dá para nós notícia da
883 realidade fundiária do nosso Estado. Porque fica claro que 59% do território do
884 Estado são ocupados com imóveis acima de 4 módulos fiscais; e 41% com
885 imóveis abaixo de 4 módulos fiscais. Também por uma avaliação do sistema, dos
886 dados que temos no sistema, é possível dizer que 60,85% das propriedades –
887 mais ou menos 634 mil imóveis aderiram ao Programa de Regularização
888 Ambiental, que é esse desafio que temos agora de firmar os termos de
889 compromisso e começar a executar a recuperação dessas áreas; e 39,15% não
890 se manifestaram. Entendemos que essa diferença, esse percentual de 39,15, não
891 se manifestou por ainda não conhecer as regras do programa. Como eu disse,
892 esse programa foi regulamentado agora no ano de 2021, e eu acho que isso leva
893 a uma certa incerteza das pessoas de aderirem a um programa do qual elas não
894 conhecem a métrica. E nós vamos fazer um trabalho também para conseguir o
895 maior número de adesão possível, para que sempre aumente esse número de
896 adesões, dada a importância que damos para o tema dentro do IEF. Temos um
897 comparativo, o que chamamos da APP de escadinha. Para quem fez adesão e

898 para quem não fez adesão ao PRA, as métricas de regularização das áreas de
899 preservação permanente são diferentes, com base no tamanho do imóvel rural.
900 Quem faz adesão ao PRA sempre tem um imóvel rural de até 1 módulo fiscal e
901 tem uma obrigação de recomposição de faixa de APP de 5 m. Quem não adere
902 baseia-se no artigo 9º da Lei 20.922/13, com base nas metragens dos cursos
903 d'água previstos para fins de recomposição dessas áreas. No mesmo sentido, a
904 reserva legal. No caso da reserva legal, temos um marco temporal de 22 de julho
905 de 2008. Quem não tinha reserva legal regularizada até esse momento pode
906 trabalhar com remanescente de vegetação nativa existente na época, desde que
907 seu imóvel tenha até 4 módulos fiscais. Quando estamos falando de imóveis
908 acima de 4 módulos fiscais não se tem esse benefício, e realmente tem que
909 recompor o percentual. Ao falar de compensação de reserva legal, precisamos
910 trazer a questão ambiental. É um decreto que também vai ser publicado. Estamos
911 trabalhando para que seja publicado também neste ano de 2021. Porque, além
912 de ser utilizada para fins de compensação de reserva legal, a servidão ambiental
913 tem outros usos que não só esse. Então precisamos regulamentar seu escopo
914 como um todo. Para fins desse decreto, considerando que não teria sentido
915 publicar o Decreto do PRA sem falar de reserva legal, nós fizemos uma
916 regulamentação muito próxima do que está previsto na Lei 6.938/1981, que é a
917 Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. E só a título de esclarecimento,
918 quando falamos do Programa de Regularização Ambiental, não tem como não
919 mencionar as áreas de uso restrito, que são as três áreas que estão englobadas
920 dentro desse programa. Quando essas áreas forem coincidentes com as áreas
921 de APP ou de reserva legal, a tratativa de recomposição das áreas é aquela dada
922 para APP e reserva legal. A legislação não traz uma obrigatoriedade de
923 recomposição dessas áreas em todos os casos. Ao contrário, permite a
924 continuidade do exercício das atividades agrossilvipastoris, desde que não haja
925 conversão de novas áreas. E essa conversão está associada também a atividade
926 pública de interesse social, que é uma ressalva trazida pela própria legislação.
927 Como eu disse, a implantação do CAR é um grande desafio. Para vencer esse
928 desafio, nós precisamos fazer uma grande estruturação de todos os fluxos e
929 procedimentos e publicação de normas. Dividimos esse planejamento de
930 implantação do Programa de Regularização Ambiental em três etapas, que estão
931 andando todas concomitantemente, paralelamente. Quando falamos de eixo
932 estruturante, estamos falando de fortalecimento da cadeia da restauração
933 florestal, e a cadeia da restauração florestal passa desde de rede de sementes,
934 que envolve coleta e beneficiamento, até cadeia de valor dos produtos que podem
935 ser gerados dessas áreas que são recuperadas. Porque nós podemos, por força
936 de lei, trabalhar sistema agroflorestal, plantios intercalados. Então tudo isso com
937 observância de três pilares: ambiental, econômico e social. Então realmente aqui
938 falando de conservação. Outras vertentes que estamos trabalhando são os eixos
939 transversais. E nos eixos transversais dois eixos que são importantíssimos: um é
940 o sistema, uma carência que temos, mas estamos trabalhando para conseguir

941 superar. Hoje operador nacional é o responsável pela gestão do sistema, do Sicar
942 Nacional, que é o Serviço Florestal Brasileiro. Considerando que ainda não temos
943 o módulo do CAR implementado, vamos ter uma alternativa que será
944 disponibilizada muito em breve no sítio eletrônico do IEF. Estamos também
945 trabalhando com as parcerias. É muito importante ter parcerias para validação de
946 análises do CAR, para implementação do programa. Essas parcerias podem ser
947 públicas e privadas. E no terceiro eixo estamos trabalhando normas e
948 procedimentos. Várias normas precisam ser publicadas, e o desafio é gigantesco
949 de que todas elas estejam publicadas em setembro de 2021: o módulo de análise
950 do CAR e a priorização. Por uma estratégia do IEF, nós vamos começar a analisar
951 os grandes imóveis, para dar ganho de escala na recuperação ambiental. Normas
952 e procedimentos também para reserva legal. Há muito tempo que o órgão
953 ambiental não tem uma norma específica sobre essa matéria. E também já
954 estamos trabalhando para publicar em breve. O Decreto de Servidão Ambiental e
955 já mencionei. O Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas deve
956 estar disponível no site do IEF na próxima semana, do dia 22, com as orientações
957 e o manual do PRA, que vai ajudar na elaboração desses projetos técnicos. Sobre
958 a regulamentação da compensação e do banco de áreas, nós trouxemos uma
959 previsão no decreto de que a compensação ambiental mensurável em áreas
960 possa ser utilizada para implantação do Programa de Regularização Ambiental.
961 E aí nós estamos falando de compensação de intervenção em APP,
962 compensação do bioma Mata Atlântica. E o banco de áreas é uma iniciativa para
963 poder colocar em contato quem tem área a compensar e quem tem área para
964 poder implantar o Programa de Regularização Ambiental, para que realmente
965 articulemos benefícios para a conservação ambiental no Estado, além de
966 monitoramento e indicadores ecológicos. Pretendemos trabalhar com
967 monitoramento e indicadores fáceis de serem apurados, que garantam a
968 conservação, que garantam efetividade nas áreas recuperadas, que possam ser
969 mensuráveis, mas que não engessem o processo, para que tenhamos realmente
970 a maior efetividade no trabalho proposto.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
971 “Eu já tinha assistido essa palestra anteontem. Achei muito boa, elogio no
972 momento em que foi feita e ali eu fiz uma pergunta que acho que, apesar de saber
973 a resposta, é boa para o Conselho. É o seguinte. Eu gostaria que a Daniela
974 apresentasse um cronograma para nós ou uma expectativa de cronograma sobre
975 o desenvolvimento dessa normatização de corredores.” Daniela Souza/IEF: “Eu
976 não consigo precisar um cronograma com todas as etapas e peço desculpas por
977 isso, mas eu não tive tempo de elaborar de quarta para hoje. O nosso
978 compromisso é de que essa norma seja publicada até setembro de 2021,
979 passando por todas as etapas que são necessárias. Estamos falando de etapas
980 de Procuradoria, para fins de validação dos aspectos jurídicos, estamos falando
981 da consultoria técnico-legislativa, porque, por se tratar de um decreto, precisa
982 desse assessoramento técnico. E dentre essas etapas eu pretendo fazer uma
983 nota devolutiva com as pessoas que participaram do grupo inicial, em 2018,

984 porque eu acho que não faz sentido fazer essa alteração de minuta de lei para
985 decreto e fazer algumas ponderações sem conversar com todas as pessoas que
986 participaram da construção. Então isso é um compromisso e uma das etapas
987 elencadas. Se você não se importar, eu me comprometo a disponibilizar o
988 cronograma posteriormente. Eu posso disponibilizar para todo o Conselho. Mas
989 realmente eu não tive tempo de conseguir fazer esse cronograma de quarta-feira
990 para hoje. Peço desculpas por isso.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu te
991 agradeço. Gostaríamos de receber esse cronograma. Eu gostaria de ser
992 convidado, quando fossem restartar aquele grupo de 2018 – eu participei dele –,
993 gostaria de continuar acompanhando. E uma data que você deu é muito
994 importante, nós já temos uma meta: até setembro termos essa norma já passada
995 por todas as instâncias e pronta para poder ser implantada. Eu acho que já é um
996 grande alento.” Daniela Souza/IEF: “Naquilo que depender de mim, todos os
997 esforços vão ser feitos para que seja publicada até setembro ou até antes. É
998 porque eu dependo de prazos que não são meus. Por exemplo, o prazo da
999 Procuradoria e o prazo da consultoria técnico-legislativa. Mas eu acho que não dá
1000 para postergar mais a publicação dessa norma. Então o meu compromisso é que
1001 tudo isso esteja publicado até setembro.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1002 Trovão: “Eu solicito que as informações que você e quando puder que repasse
1003 aos conselheiros, que vamos dando o feedback aqui em Assuntos Gerais.”
1004 Daniela Souza/IEF: “Eu passo, inclusive, quando formos fazer a devolutiva com a
1005 sociedade. Porque se outro conselheiro tiver interesse em participar vai ser muito
1006 bem-vindo. E também me comprometo a passar a minuta previamente para que
1007 tenhamos eficiência na reunião, para que os conselheiros possam ter tempo de
1008 avaliar, e nós termos uma conversa propositiva.” Conselheiro Carlos Eduardo
1009 Orsini Nunes de Lima: “Parabenizar a Daniela pela sua apresentação. E parece
1010 que até já vi aqui no chat que vai ser disponibilizada, então ficamos tranquilos
1011 para conhecer um pouco mais esse precioso trabalho que você vem
1012 desenvolvendo.” Conselheiro José Angelo Paganini: “O Corredor Sossego
1013 Caratinga é bastante importante para preservação do monocarvoeiro. Nós
1014 gostaríamos de saber se ele será ampliado até o Parque Estadual do Rio Doce,
1015 que tem outra população de monocarvoeiros. E durante esse caminho todo tem
1016 várias APAs em terras de propriedade da Cenibra, onde poderia ser feita
1017 ampliação desse corredor. Para quando é o plano de vocês nesse sentido? Ou
1018 não têm um plano?” Daniela Souza/IEF: “Conselheiro, eu confesso para o senhor
1019 que não conheço nenhum projeto nesse sentido. Mas não me oponho a fazermos
1020 uma conversa sobre isso, fazer uma avaliação, considerando estudos técnicos,
1021 considerando a pertinência de conversamos sobre isso e pensar na necessidade
1022 e na pertinência na ampliação ou não do corredor. Fico à disposição.” Presidente
1023 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais uma vez, muito obrigado pela apresentação,
1024 parabéns mais uma vez pela brilhante apresentação. Qualquer dúvida,
1025 acréscimo ou ponderação que os conselheiros não tenham feito neste momento,
1026 se quiserem fazer posteriormente, podem mandar para a Secretaria, e nós

1027 encaminhamos para a Daniela. Então nesse ponto damos por sanadas essas
1028 questões. Conforme dito, alguma ponderação ou algum destaque adicional, nós
1029 passaremos à Daniela ou a quem de direito, e nós retornaremos com esses
1030 assuntos para os senhores.” **8) ENCERRAMENTO.** Presidente Yuri Rafael de
1031 Oliveira Trovão: “Lembrando aos senhores conselheiros que no dia 26/2 nós
1032 teremos mais uma apresentação, que seria segurança hídrica e mineração.
1033 Teremos apresentação do IGAM e da Copasa. Julio, o senhor talvez não esteja
1034 aqui mais como conselheiro, mas eu já adianto que solicito a sua presença, se o
1035 senhor puder. Conforme eu falei na reunião passada, tem a disposição do artigo
1036 38 do Regimento Interno de que o presidente poderá chamar ao Conselho de
1037 pessoas não conselheiras, mas que possam se manifestar sem direito a voto.
1038 Então o senhor já está convidado por esta Presidência para participar, sem
1039 limitação de tempo de manifestação.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD:
1040 “Senhores conselheiros, reforçar mais uma vez a respeito do curso de
1041 capacitação dos conselheiros do COPAM, que está disponível na plataforma
1042 Trilhas do Saber. Ressaltar a importância de os conselheiros, tanto titulares
1043 quanto suplentes, estarem realizando o curso, a importância da leitura de todos
1044 os módulos. Ao final da leitura de todos os módulos e conhecimento de todo o
1045 conteúdo, nós teremos um questionário para assimilação do conteúdo. É
1046 importante que sejam lidos todos os módulos, porque, para chegar ao final, há a
1047 necessidade de 70% de conclusão desse curso. Então nós pedimos que passem
1048 por todos os módulos. No final, tem a missão de um certificado. Esse certificado
1049 é importante para os conselheiros, que depois podem colocar no currículo. Nós
1050 criamos no menu COPAM, onde estão as reuniões, um submenu ‘capacitação
1051 COPAM’. Lá os conselheiros poderão ter acesso a todos os dados. Em caso de
1052 dificuldades, nós do Núcleo dos Órgãos Colegiados estamos à disposição. O
1053 nosso e-mail é assoc@meioambiente.mg.gov.br. Então eu agradeço, mas quero
1054 ressaltar a importância. Lembrando que esse é o primeiro, é o curso introdutório.
1055 Nós já estamos em andamento com o curso prático. Tão logo ele esteja pronto,
1056 em conteúdo e também na plataforma, nós iremos colocar para que os senhores
1057 conselheiros tenham acesso a esse novo curso também. E por temática também,
1058 posteriormente.” É muito importante que vocês realizem os cursos.” Em seguida,
1059 não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de
1060 Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão,
1061 da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias